

Brasil inclui Plano Brady na negociação

BRASÍLIA — O Brasil vai incluir na negociação da dívida externa de US\$ 52 bilhões com bancos privados os mecanismos de redução dos débitos previstos no Plano Brady, como fizeram México e Venezuela. O País vai insistir na emissão de bônus como forma de pagamento da dívida, embora aceite discutir os prazos que propôs inicialmente, de 15, 25 e 45 anos. Os credores que reivindicarem um prazo menor para o resgate estarão sujeitos a um deságio maior sobre o valor de face do título original.

A viagem da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello e do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, aos Estados Unidos, na semana passada, serviu para preparar o reinício das negociações com os bancos, tão logo o Brasil assine um acordo sobre o pagamento dos juros atrasados. Ao mesmo tempo, a equipe econômica retoma os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Sem o acordo com o FMI, o governo não terá acesso às linhas de créditos especiais do próprio Fundo, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para utilização no programa de redução da dívida, previsto no Plano Brady.

O governo brasileiro está interessado em três tipos de operação. Uma delas é o uso do dinheiro dos organismos multilaterais como garantia para as negociações com os bancos. A segunda operação é a compra de bônus do Tesouro americano que avalizarão os títulos brasileiros. Nessa operação, o governo brasileiro lança seus títulos para resgate em prazos a serem negociados. Caso o governo não consiga pagar, os bônus do Tesouro norte-americano, comprados pelo Brasil com recursos dos organismos multilaterais, servirão de aval.

Outra proposta é o lançamento de um bônus com a garantia, por exemplo, do Banco Mundial, para cobrir a parcela referente aos juros dos títulos emitidos pelo Brasil. A terceira alternativa prevista no Plano Brady é a recompra da dívida pelo País com recursos dos organismos multilaterais, no mercado secundário.